

ENSINO HÍBRIDO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: ENTRE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA E DESAFIOS PARA A PRÁTICA DOCENTE

DOI: 10.5281/zenodo.20045438

Ana Cláudia Medeiros

Cristiane Bezerra Peres Araújo

Edna Cleiva Alves dos Santos

Janaina Teixeira de Oliveira Farias

Margarida Maria Barbosa Bezerra

Mayanne de Medeiros Pereira

Regis Varela

RESUMO: As mudanças tecnológicas que a sociedade contemporânea vem sofrendo, impactam diretamente o campo educacional, exigindo da escola e dos professores novas formas de ensinar e aprender. Nesse contexto, o ensino híbrido surge como uma proposta que articula momentos presenciais e digitais, integrando tecnologias educacionais ao processo pedagógico. Embora frequentemente apresentado como solução inovadora para os desafios da educação atual, o ensino híbrido precisa ser analisado de forma crítica, considerando tanto suas potencialidades quanto seus limites, especialmente em realidades marcadas por desigualdades sociais e estruturais. Defende-se, neste artigo, que o ensino híbrido e o uso das tecnologias na educação podem contribuir significativamente para a aprendizagem, desde que estejam fundamentados em uma concepção pedagógica crítica, intencional e inclusiva. Quando utilizados de maneira acrítica ou meramente instrumental, esses recursos tendem a reforçar exclusões e fragilizar o papel do professor, ao invés de fortalecê-lo. Diante disso, este artigo de opinião defende que o ensino híbrido e o uso das tecnologias na educação podem contribuir significativamente para o processo de ensino e aprendizagem, desde que fundamentados em uma perspectiva pedagógica crítica, reflexiva e inclusiva. Mais do que aderir a modismos educacionais, é necessário refletir sobre como essas práticas se materializam no cotidiano escolar e quais concepções de educação sustentam sua implementação. O debate proposto busca, portanto, articular teoria e prática, problematizando os desafios e as possibilidades do ensino híbrido no contexto da educação brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Ensino Híbrido. Tecnologias. Educação.

INTRODUÇÃO

As mudanças tecnológicas que a sociedade contemporânea vem sofrendo, impactam diretamente o campo educacional, exigindo da escola e dos professores novas formas de ensinar e aprender. Nesse contexto, o ensino híbrido surge como uma proposta que articula momentos presenciais e digitais, integrando tecnologias educacionais ao processo pedagógico. Embora

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

frequentemente apresentado como solução inovadora para os desafios da educação atual, o ensino híbrido precisa ser analisado de forma crítica, considerando tanto suas potencialidades quanto seus limites, especialmente em realidades marcadas por desigualdades sociais e estruturais.

Defende-se, neste artigo, que o ensino híbrido e o uso das tecnologias na educação podem contribuir significativamente para a aprendizagem, desde que estejam fundamentados em uma concepção pedagógica crítica, intencional e inclusiva. Quando utilizados de maneira acrítica ou meramente instrumental, esses recursos tendem a reforçar exclusões e fragilizar o papel do professor, ao invés de fortalecê-lo.

Segundo Moran (2015, p. 27), “educar hoje exige compreender que o processo de aprendizagem acontece de forma integrada, contínua e híbrida, combinando espaços físicos e digitais”. Essa compreensão rompe com modelos tradicionais de ensino centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos e coloca em evidência a necessidade de práticas pedagógicas mais flexíveis, interativas e centradas no estudante. O ensino híbrido, nesse sentido, tem sido apresentado como uma possibilidade de inovação pedagógica capaz de melhorar o comprometimento discente e favorecer a personalização da aprendizagem.

Entretanto, a incorporação das tecnologias digitais à educação não pode ocorrer de maneira acrítica ou meramente instrumental. Como alerta Kenski (2012, p. 44), “as tecnologias, por si sós, não transformam a educação; o que provoca mudanças é a forma como são utilizadas nos processos pedagógicos”. Essa afirmação reforça a ideia de que o uso das tecnologias deve estar junto à uma concepção pedagógica clara, comprometida com a formação integral do sujeito e com a redução das desigualdades educacionais.

No Brasil, as desigualdades sociais e educacionais, o debate sobre ensino híbrido torna-se ainda mais complexo. A experiência vivenciada durante a pandemia da COVID-19 mostrou tanto o potencial das tecnologias educacionais quanto os limites impostos pela falta de acesso, infraestrutura precária e ausência de formação docente adequada. Para Libâneo (2018, p. 39), “a qualidade do ensino depende menos dos recursos tecnológicos disponíveis e mais da intencionalidade pedagógica e da mediação do professor”. Assim, o papel docente permanece central, mesmo em contextos mediados por tecnologias digitais.

Diante disso, este artigo de opinião defende que o ensino híbrido e o uso das tecnologias na educação podem contribuir significativamente para o processo de ensino e aprendizagem, desde que fundamentados em uma perspectiva pedagógica crítica, reflexiva e inclusiva. Mais

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

do que aderir a modismos educacionais, é necessário refletir sobre como essas práticas se materializam no cotidiano escolar e quais concepções de educação sustentam sua implementação. O debate proposto busca, portanto, articular teoria e prática, problematizando os desafios e as possibilidades do ensino híbrido no contexto da educação brasileira contemporânea.

O ensino híbrido como possibilidade pedagógica

O ensino híbrido caracteriza-se pela relação entre práticas pedagógicas presenciais e atividades mediadas por tecnologias digitais, promovendo uma reorganização do tempo, espaços e estratégias de ensino e aprendizagem. Essa abordagem rompe com a lógica tradicional de ensino centrada exclusivamente na sala de aula física e amplia as possibilidades de construção do conhecimento, respeitando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos estudantes. Para Moran (2015, p. 28), “o ensino híbrido integra o melhor do presencial com o melhor do online, favorecendo aprendizagens mais significativas e personalizadas”.

Ao possibilitar a diversificação das metodologias, o ensino híbrido contribui para o fortalecimento do protagonismo discente, estimulando a autonomia, a responsabilidade e a participação ativa no processo educativo. Nessa perspectiva, o estudante deixa de ser apenas receptor de informações e passa a assumir um papel mais ativo na construção do conhecimento. Conforme destaca Bacich (2018, p. 134), “as metodologias ativas, quando associadas ao ensino híbrido, favorecem a participação dos alunos e ampliam as oportunidades de aprendizagem significativa”.

Na prática pedagógica, o uso de plataformas digitais, ambientes virtuais de aprendizagem, vídeos, podcasts, jogos educativos e ferramentas interativas podem enriquecer o processo educativo, tornando-o mais dinâmico, colaborativo e próximo da realidade dos alunos. Essas tecnologias possibilitam múltiplas formas de acesso ao conteúdo e de expressão do conhecimento, contribuindo para a personalização do ensino. Além disso, o ensino híbrido permite que o professor acompanhe de forma mais individualizada o percurso de aprendizagem dos estudantes, utilizando registros, devolutivas e dados pedagógicos para reorientar suas intervenções e estratégias didáticas.

Contudo, é necessário compreender que a tecnologia não deve ser vista como solução automática para os desafios educacionais. Kenski (2012, p. 45) ressalta que “a simples inserção

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

de tecnologias no contexto escolar não garante inovação pedagógica, sendo imprescindível a redefinição das práticas educativas”. Dessa forma, o ensino híbrido exige planejamento cuidadoso, clareza de objetivos e coerência entre os recursos utilizados e as finalidades educativas propostas.

Sob a perspectiva de uma educação crítica, o ensino híbrido deve estar comprometido com a formação integral do sujeito, promovendo não apenas o domínio de conteúdos, mas também o desenvolvimento da reflexão, da autonomia intelectual e da consciência social. Freire (1996, p. 47) afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”, o que reforça a necessidade de práticas pedagógicas intencionais e dialógicas, mesmo em ambientes mediados por tecnologias.

Dessa forma, entendemos o ensino híbrido como uma possibilidade pedagógica relevante quando visto como estratégia a serviço do projeto educativo da escola e da ação docente, e não como um fim em si mesmo. Sua efetividade depende da atuação do professor como mediador do processo de aprendizagem, capaz de articular recursos tecnológicos, conteúdos curriculares e realidade dos estudantes de forma crítica e reflexiva. Assim, o ensino híbrido pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais significativas, desde que orientado por princípios éticos, pedagógicos e sociais que valorizem o papel da educação na formação humana.

Desafios e limites do uso das tecnologias na educação

Apesar das inúmeras potencialidades atribuídas ao ensino híbrido e ao uso das tecnologias digitais na educação, sua implementação no contexto escolar apresenta desafios significativos que precisam ser problematizados. Um dos principais limites refere-se à desigualdade no acesso às tecnologias digitais, realidade ainda muito presente na educação brasileira. Muitos estudantes não dispõem de equipamentos adequados, acesso à internet de qualidade ou ambientes domésticos favoráveis ao estudo, o que compromete a efetividade das propostas pedagógicas mediadas por tecnologias e tende a ampliar as desigualdades educacionais já existentes.

Nesse sentido, Kenski (2012, p. 78) destaca que “as tecnologias evidenciam e, muitas vezes, aprofundam as desigualdades sociais quando não há políticas públicas que garantam acesso e condições adequadas de uso”. Assim, a adoção do ensino híbrido sem considerar essas

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

limitações pode ocasionar exclusão, especialmente para alunos pertencentes a contextos socioeconômicos mais vulneráveis, reforçando uma educação desigual e fragmentada.

Outro desafio relevante diz respeito à formação docente para o uso pedagógico das tecnologias. Muitos professores não tiveram, em sua formação inicial, oportunidades suficientes para desenvolver competências relacionadas ao uso das tecnologias ao currículo, o que pode gerar insegurança, resistência ou uso meramente instrumental dos recursos digitais. Para Moran (2015, p. 39), “a tecnologia exige do professor uma mudança de postura pedagógica, mais do que o simples domínio técnico das ferramentas”. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de investimentos em formação continuada que possibilitem ao docente refletir sobre sua prática e ressignificar o uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem.

Além da formação, destaca-se o risco de uma abordagem tecnicista do ensino híbrido, centrada excessivamente na utilização de plataformas digitais, aplicativos e sistemas de ensino padronizados. Essa perspectiva tende a esvaziar o sentido pedagógico da prática educativa, reduzindo o papel do professor a um mero executor de conteúdos previamente estruturados. Conforme alerta Libâneo (2018, p. 41), “a centralidade da educação não está nos meios, mas nas finalidades formativas que orientam a ação pedagógica”. Assim, quando a tecnologia passa a ocupar o lugar do projeto pedagógico, corre-se o risco de desumanizar o processo educativo.

Sob uma perspectiva crítica, é fundamental compreender que as tecnologias devem estar a serviço da educação e não o contrário. Freire (1996, p. 52) afirma que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, ressaltando a importância da reflexão constante sobre a prática pedagógica. Nesse sentido, o uso das tecnologias na educação deve ser acompanhado de intencionalidade pedagógica, planejamento e avaliação contínua, garantindo que contribuam efetivamente para a formação crítica, ética e social dos estudantes.

Portanto, os desafios e limites do uso das tecnologias na educação evidenciam a necessidade de políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e a qualidade do ensino. Reconhecer esses limites não significa rejeitar as tecnologias, mas compreendê-las de forma crítica, buscando caminhos que promovam uma educação mais justa, democrática e significativa.

Desafios e desigualdades no uso das tecnologias educacionais no contexto brasileiro

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

A experiência vivenciada pela educação brasileira durante a pandemia da COVID-19 mostrou, de forma contundente, os profundos desafios estruturais relacionados ao uso das tecnologias no processo educativo. O uso do ensino remoto e, posteriormente, do ensino híbrido revelou que a inserção das tecnologias digitais na educação não ocorre de maneira homogênea, sendo atravessada por desigualdades sociais, econômicas e regionais historicamente construídas.

Um dos principais desafios diz respeito ao acesso desigual às tecnologias digitais. Embora o uso de plataformas virtuais, aplicativos educacionais e ambientes digitais de aprendizagem tenha se intensificado, grande parte dos estudantes da rede pública brasileira não tinha de condições mínimas para acompanhar as atividades propostas. Segundo Kenski (2012), “as tecnologias, por si só, não democratizam o acesso ao conhecimento, pois sua utilização está diretamente vinculada às condições sociais e econômicas dos sujeitos” (KENSKI, 2012, p. 44). Essa realidade tornou-se ainda mais evidente durante o período da pandemia, quando milhares de alunos ficaram excluídos das atividades escolares por falta de internet, dispositivos eletrônicos ou ambientes adequados de estudo.

No Rio Grande do Norte, essa realidade foi amplamente sentida pelas redes municipais e estadual de ensino. Muitas escolas recorreram ao uso de atividades impressas, grupos de WhatsApp e transmissões por rádio ou televisão como alternativas para minimizar a exclusão digital. No entanto, tais estratégias, embora necessárias, evidenciaram os limites do uso das tecnologias quando não há políticas públicas eficazes de inclusão digital. Conforme aponta Moran (2020), “a tecnologia pode ampliar possibilidades educativas, mas, sem acesso e mediação adequada, ela também pode aprofundar desigualdades” (MORAN, 2020, p. 18).

Além das dificuldades de acesso, outro desafio foi a preparação das escolas para lidar com a mediação pedagógica em ambientes digitais. Muitas instituições não possuíam infraestrutura tecnológica nem planejamento pedagógico voltado para o uso das tecnologias. Isso levou, em muitos casos, à reprodução de práticas tradicionais em ambientes virtuais, limitando o potencial transformador do ensino híbrido. Freire (1996) já alertava que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47). Quando o uso das tecnologias se restringe à transmissão de conteúdo, perde-se a dimensão crítica e emancipadora da educação.

Dessa forma, a experiência brasileira durante a pandemia demonstra que o uso das tecnologias na educação precisa ser pensado a partir da realidade concreta dos estudantes e das

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

escolas. Sem investimentos em infraestrutura, formação docente e políticas públicas de inclusão digital, o ensino híbrido corre o risco de reforçar desigualdades históricas, em vez de promover uma educação mais justa e equitativa.

Articulação entre teoria e prática: um olhar pedagógico crítico

A experiência educacional recente no Brasil, especialmente durante e após o período da pandemia da COVID-19, evidenciou que o uso das tecnologias na educação exige muito mais do que domínio técnico de ferramentas digitais. O ensino remoto emergencial, adotado como alternativa para a continuidade das atividades escolares, revelou fragilidades históricas do sistema educacional brasileiro, ao mesmo tempo em que evidenciou a capacidade de reinvenção de escolas, professores e estudantes diante de um cenário adverso.

Durante esse período, as escolas precisaram reorganizar suas práticas pedagógicas de maneira abrupta, muitas vezes sem infraestrutura adequada, apoio técnico ou formação prévia. Professores foram desafiados a planejar aulas, produzir materiais digitais, utilizar plataformas e manter vínculos pedagógicos com os alunos em contextos de grande incerteza. Segundo Moran (2020, p. 9), “a pandemia escancarou a urgência de repensar os modelos educacionais e o papel das tecnologias como mediadoras da aprendizagem, mas também evidenciou que elas não substituem a mediação pedagógica do professor”.

No contexto das escolas públicas, especialmente nos estados do Nordeste, como o Rio Grande do Norte, os desafios tornaram-se ainda mais evidentes. Muitas instituições enfrentaram dificuldades relacionadas ao acesso limitado à internet, à ausência de equipamentos tecnológicos e às condições socioeconômicas das famílias.

Em diversas situações, o ensino remoto ocorreu por meio de atividades impressas, uso de aplicativos de mensagens, como o WhatsApp e aulas gravadas, revelando estratégias possíveis, porém insuficientes para garantir a aprendizagem plena de todos os estudantes. Conforme aponta Libâneo (2020, p. 18), “a desigualdade de condições de acesso ao ensino remoto explicitou a necessidade de políticas públicas educacionais mais consistentes e inclusivas”.

Apesar das dificuldades, a experiência vivenciada também produziu aprendizados significativos. Professores desenvolveram novas competências, fortaleceram práticas colaborativas e ressignificaram o uso das tecnologias no cotidiano escolar. Alunos, por sua vez,

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

foram estimulados a desenvolver maior autonomia, ainda que muitos tenham enfrentado desmotivação, dificuldades emocionais e defasagens de aprendizagem. Esse cenário reforça a ideia de que a tecnologia, isoladamente, não garante qualidade educacional, sendo indispensável o planejamento pedagógico, a sensibilidade às realidades locais e o compromisso ético com o processo de ensino e aprendizagem.

Na prática escolar, quando o ensino híbrido é planejado de forma crítica e contextualizada, considerando as especificidades dos estudantes e da comunidade escolar, ele pode favorecer a inclusão, a autonomia e o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais. No entanto, quando implementado de maneira padronizada e desarticulada da realidade educacional, tende a gerar sobrecarga docente, evasão escolar e aprofundamento das desigualdades. Para Freire (1996, p. 58), “a prática educativa exige reflexão crítica permanente sobre o fazer pedagógico”, o que se torna ainda mais relevante em contextos mediados por tecnologias.

Dessa forma, cabe ao professor assumir o papel de mediador do conhecimento, utilizando as tecnologias como instrumentos para ampliar o diálogo, a investigação e a construção coletiva do saber. O ensino híbrido deve ser compreendido como uma estratégia pedagógica articulada ao projeto político-pedagógico da escola e não como substituição da relação humana que caracteriza o processo educativo. A experiência da pandemia, especialmente nas escolas do Rio Grande do Norte, demonstra que a articulação entre teoria e prática é fundamental para que o uso das tecnologias contribua efetivamente para uma educação mais humana, democrática e socialmente comprometida.

A formação docente e a ressignificação da prática pedagógica no pós-pandemia

A pandemia da COVID-19 também provocou profundas transformações no trabalho docente, exigindo dos professores uma rápida adaptação às tecnologias digitais, muitas vezes sem o suporte institucional necessário. A formação docente, que já se apresentava como um desafio antes da crise sanitária, tornou-se um elemento central para a continuidade do processo educativo em contextos remotos e híbridos.

Grande parte dos professores brasileiros precisou aprender, de forma emergencial, a utilizar plataformas digitais, aplicativos de videoconferência e recursos tecnológicos variados. Esse processo ocorreu, em muitos casos, de maneira autodidata, colaborativa e marcada por

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

tentativas e erros, os professores utilizavam seus próprios computadores, celulares e outros equipamentos. Como destaca Tardif (2014), “os saberes docentes são construídos na prática e a partir das experiências vividas no cotidiano do trabalho” (TARDIF, 2014, p. 36). Durante a pandemia, esses saberes foram constantemente ressignificados diante das novas demandas impostas pelo ensino remoto.

No Rio Grande do Norte, professores da educação básica enfrentaram não apenas desafios técnicos, mas também emocionais e pedagógicos. A sobrecarga de trabalho, a dificuldade de manter o vínculo com os alunos e a preocupação com a evasão escolar tornaram-se questões recorrentes. Muitos docentes relataram sentimentos de insegurança e angústia diante da necessidade de reinventar suas práticas pedagógicas em um curto espaço de tempo. Sem contar do número de demissão dos professores contratados e o aumento da responsabilidade dos professores efetivos que tiveram que assumir as turmas sem docentes. Nesse sentido, Nóvoa (2020) afirma que “não haverá transformação da educação sem uma valorização efetiva do professor e de seu trabalho” (NÓVOA, 2020, p. 9).

A formação continuada mostrou-se, portanto, indispensável para a consolidação do ensino híbrido no período pós-pandemia. Não se trata apenas de capacitar tecnicamente o professor para o uso de ferramentas digitais, mas de promover reflexões críticas sobre o papel da tecnologia no processo educativo. Conforme Kenski (2012), “o desafio não está na tecnologia em si, mas na forma como ela é integrada ao projeto pedagógico da escola” (KENSKI, 2012, p. 67).

Nesse novo cenário, o professor assume o papel de mediador do conhecimento, articulando teoria e prática de forma crítica e contextualizada. O ensino híbrido, quando compreendido como estratégia pedagógica, pode favorecer a autonomia dos estudantes, o desenvolvimento do pensamento crítico e a construção coletiva do saber. No entanto, como alerta Freire (1996), é fundamental que essa prática esteja comprometida com uma educação humanizadora, pois “a educação é um ato político e nunca neutro” (FREIRE, 1996, p. 110).

Assim, a experiência vivida durante a pandemia contribuiu para uma ressignificação da prática pedagógica, evidenciando que o uso das tecnologias deve estar a serviço da aprendizagem e da inclusão, e não da substituição das relações humanas que sustentam o processo educativo. O desafio que se coloca no pós-pandemia é consolidar essas aprendizagens, garantindo formação docente contínua, condições de trabalho adequadas e uma prática pedagógica comprometida com a transformação social.

CONCLUSÃO

A discussão sobre o ensino híbrido e o uso das tecnologias na educação mostra que essas estratégias, embora carregadas de potencial pedagógico, não se configuram como soluções automáticas para os desafios históricos da educação brasileira. Ao longo deste artigo, foi possível compreender que a efetividade do ensino híbrido está diretamente relacionada às condições concretas de implementação, ao planejamento pedagógico intencional e, sobretudo, à mediação crítica do professor.

A experiência vivenciada durante a pandemia da COVID-19 revelou, de forma intensa, tanto as possibilidades quanto os limites do uso das tecnologias no contexto escolar. Se, por um lado, as ferramentas digitais permitiram a continuidade do vínculo pedagógico em um momento de crise, por outro, escancararam desigualdades sociais, digitais e educacionais que já atravessavam a realidade das escolas públicas brasileiras, incluindo aquelas situadas no estado do Rio Grande do Norte. Tal cenário reforça a necessidade de políticas públicas que garantam acesso, infraestrutura e condições adequadas de trabalho docente.

Nesse processo, a formação dos professores mostrou-se elemento principal para a consolidação de práticas pedagógicas significativas no ensino híbrido. A pandemia exigiu dos docentes uma reinvenção de suas práticas, mostrando que o domínio técnico das tecnologias é insuficiente quando não anda lado a lado de uma compreensão pedagógica crítica. Assim, a formação continuada surge como um caminho indispensável para que os professores possam integrar as tecnologias ao currículo de forma consciente, contextualizada e comprometida com a aprendizagem dos estudantes.

As contribuições de autores como Freire, Moran, Kenski e Tardif, reafirmam que o ensino híbrido deve ser compreendido como uma estratégia pedagógica a serviço da formação integral dos sujeitos, e não como substituição da relação humana que sustenta o ato educativo. A tecnologia, nesse sentido, assume o papel de mediadora do conhecimento, ampliando possibilidades de diálogo, investigação e construção coletiva do saber, desde que orientada por princípios éticos, críticos e inclusivos.

Por fim, conclui-se que o desafio que se impõe à educação contemporânea não é apenas incorporar tecnologias aos espaços escolares, mas ressignificar as práticas pedagógicas a partir da realidade dos alunos e professores. O ensino híbrido, quando pensado de forma crítica e

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

humanizadora, pode contribuir para uma educação mais democrática, reflexiva e socialmente comprometida, reafirmando o papel da escola como espaço de formação, emancipação e transformação social.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar em tempos de pandemia: desafios e possibilidades**. Revista Pedagógica, v. 22, p. 1–20, 2020.

MORAN, José Manuel. **Educação híbrida: um conceito-chave para a educação hoje**. In: BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando (org.). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

MORAN, José Manuel. **Educação, tecnologias e pandemia**. Revista Educação, São Paulo, 2020.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola**. Lisboa: EDUCA, 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.